

Revista



educare

Órgano Divulgativo de la Subdirección de
Investigación y Postgrado del Instituto Pedagógico
de Barquisimeto "Luis Beltrán Prieto Figueroa"

Barquisimeto - estado Lara

EDICIÓN XX ANIVERSARIO

Volumen 21 Número Extraordinario - Octubre 2017

MEMORIAS DEL II CONGRESO INTERNACIONAL DE EDUCACIÓN TÉCNICA

Jornada de Investigación y Producción

Intelectual en Educación Técnica

*"Miradas de la Educación Técnica en Tiempos de
Incertidumbre"*

*Empresa – Comunidad – Instituciones E Instituciones
Educativas*

*Barquisimeto – Venezuela
24 al 26 de octubre de 2017*

**AUTORIDADES - UNIVERSIDAD
PEDAGÓGICA EXPERIMENTAL
LIBERTADOR**

Dr. Raúl López Sayago, Rector.
Dra. Doris Pérez Barreto, Vicerrectora de
Docencia.
Dra. Moraima Esteves González,
Vicerrectora de Investigación y Postgrado.
Dra. María Teresa Centeno de Algomedá,
Vicerrectora de Extensión
Dra. Nilva Liuval Moreno de Tovar,
Secretaria.

**AUTORIDADES - INSTITUTO
PEDAGÓGICO LUIS BELTRÁN
PRIETO FIGUEROA**

Dr. Nelson Silva, Director Decano.
Dra. Mercedes Moraima Campos,
Subdirectora de Investigación y Postgrado.
Dra. María Regina Tavares de Araujo,
Subdirectora de Docencia.
Dr. Oscar Chapman, Subdirector de
Extensión.
Dra. Mercedes Valentina Salazar, Secretaria
(E)

**PROGRAMA GENERAL DE
INVESTIGACIÓN**

Dra. María Lourdes Piñero, Coordinadora
General
Msc. Elba Ávila, Editora de la Revista
Educare
Lic. Ana Colmenáres, Asistente

**COORDINACIÓN GENERAL DEL
CONGRESO**

Msc. Karla Flores, Coordinadora General del
Evento.
Dr. William Díaz, Jefe del Departamento de
Educación Técnica.
Dra. Francia Becerra, Coordinadora de
Comisión Académica.

COMISIÓN DE ARBITRAJE

ARBITRO	INSTITUCIÓN
María de la Soledad Bravo	UPEL – IPB
María Elena Díaz	UPEL – IPB
Patricia Quiroga	UPEL – IPB
Carmen Julia Reyes	UPEL – IPB
José Antonio Ladino	UPEL – IPB
Alberto Rodríguez	UPEL – IPB
Wilmer Chávez	UCLA
Nexy Méndez	UCLA
Francisco Camacho	UCLA
María Lourdes Piñero	UPEL – IPB
Adilia Flores	UPTAEB
Any Montero	UPEL – IPB
Oscar González	UPEL – IPB
Thaleidys Sánchez	UPEL – IPB
María Pereira	UPEL – IPB
Najarany Renaud	UPEL – IPB

República Bolivariana de Venezuela.
Universidad Pedagógica Experimental
Libertador. Instituto Pedagógico de
Barquisimeto.

@Edición, Portada y Diagramación:

Msc. Karla Flores

Diseño:

Msc. Oscar González

Compiladoras:

Dra. Francia Becerra / Msc. Karla Flores

Traductor:

Msc. Gerardo Corbo.

Depósito Legal: ppi201002LA3674

ISBN: 2244-7296

Correo electrónico:

ciet2017@ipb.upel.edu.ve /

cietupelipb2017@gmail.com

MEMORIAS DEL II CONGRESO INTERNACIONAL DE EDUCACIÓN TÉCNICA

Jornada de Investigación y Producción

Intelectual en Educación Técnica

CONFERENCIA CENTRAL

ÁREA TEMÁTICA:

Evolución y tendencias de las
políticas en materia de Educación
Técnica

*“Miradas de la Educación Técnica en
Tiempos de Incertidumbre”*

*Empresa – Comunidad – Instituciones
Educativas*

Barquisimeto – Venezuela

24 al 26 de octubre de 2017

Denise Bianca Maduro Silva Passades ¹

*Universidad Federal de Minas Gerais
Brasil*

LA ORGANIZACIÓN Y EXPANSIÓN DE LA ESCUELA TÉCNICA EN BRASIL Y EN ARGENTINA EN LA ÚLTIMA DÉCADA

II CONGRESO INTERNACIONAL DE EDUCACIÓN TÉCNICA
Jornada de Investigación y Producción Intelectual en Educación Técnica
24 al 26 de Octubre de 2017.

Ponencia Arbitrada. Recibida: 12/06/2017 Aceptada: 23/06/2017

Este documento está disponible para su consulta y descarga en Memoria Académica, el repositorio institucional de la Revista EDUCARE de la Universidad Pedagógica Experimental Libertador, Instituto Pedagógico de Barquisimeto (UPEL IPB), que gestiona la promoción y difusión de la producción científico e inédita de los miembros de su comunidad académica.

Para mayor información consultar:

www.ipb.upel.edu.ve

www.revistaeducare.ipb.upel.edu.ve

<https://cietipb.wixsite.com/upel/>

¹ Técnica en la Educación, Universidad Federal Minas De Gerais. Rectorado de Extensión Universitaria. Bello Monte, Brasil. Magister en Educación, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. FLACSO Argentina. Doctoranda del Doctorado Latinoamericano en Educación. profdenisebianca@gmail.com / denisebianca@ufmg.br

A ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO DA ESCOLA TÉCNICA NO BRASIL E NA ARGENTINA NA ÚLTIMA DÉCADA

RESUMEN

Este artículo presenta comparaciones sobre la educación profesional y tecnológica de nivel medio en Brasil y en Argentina entre 2003 y 2015/16. En Argentina y en Brasil asumieron en ese período gobiernos que apostaron en la educación profesional como motor del desarrollo económico y social. En este texto, a partir de la legislación, de datos cuantitativos, de los programas implementados, de las estrategias de expansión, monitoreo y evaluación de la educación profesional y tecnológica de ambos países, se analizarán los caminos y resultados de la enseñanza media técnica si se realizaron en una trayectoria similar para el período en cuestión.

Descriptores: Educación Profesional y Tecnológica, Enseño Medio Técnico, Brasil, Argentina.

THE ORGANIZATION AND EXPANSION OF THE TECHNICAL SCHOOL IN BRAZIL AND ARGENTINA IN THE LAST DECADE

ABSTRACT

This article presents comparisons between the professional and technological education, especially Technical High School, in Brazil and Argentina, between 2003 and 2015/16. In Argentina and Brazil, during this period, there were governments that opted for professional education as the engine of economic and social development. In this text, based on legislation, quantitative data, educational programs, national strategies for expansion, monitoring and evaluation of vocational and technological education from both countries will analyze if the paths and results of secondary technical education were carried out in a similar way during this period.

Keywords: Vocational Education, Technical High School, Brazil, Argentina.

INTRODUÇÃO

Este artigo se apresenta como resultado parcial de processos de estudo e pesquisa para tese em andamento no Doutorado Latino-americano em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, sobre a evasão na educação técnica de nível médio nos sistemas educacionais de Argentina e Brasil. Especificamente neste artigo, apresentam-se comparações entre os investimentos na educação profissional e tecnológica de nível médio no Brasil e na Argentina entre 2003 e 2015/16.

Na Argentina e Brasil, depois da onda neoliberal que tiveram seus maiores expoentes nos presidentes Menem e Collor/Fernando Henrique Cardoso, respectivamente, assumiram governos democráticos e populares entre 2003 e 2015/16, Néstor e Cristina Kirchner, e Lula e Dilma, que tentaram atenuar os reflexos da crise², com políticas de indução do crescimento baseadas no mercado interno e na expansão de políticas públicas. Os discursos políticos desses governos argumentavam a favor da necessidade de participação do Estado no provimento de políticas públicas que possibilitassem a melhor inserção da região no capitalismo globalizado, e nesse sentido, as políticas em torno da educação profissional e tecnológica – EPT- ganham relevância como caminho possível para a promoção do desenvolvimento.

Observar esse momento da política pública em educação profissional e tecnológica nos dois países, em especial do ensino médio técnico, objetivo deste texto, pode contribuir para o aprendizado e a indicação de formulações para melhor se realizar a política.

Avanços estruturais e política de acompanhamento e avaliação no ensino médio técnico

Na Argentina

A Argentina acompanhou a aposta na EPT nos governos de Néstor Kirchner (2003–2007) e Cristina Fernandez de Kirchner (2008-2015) como estratégia de desenvolvimento.

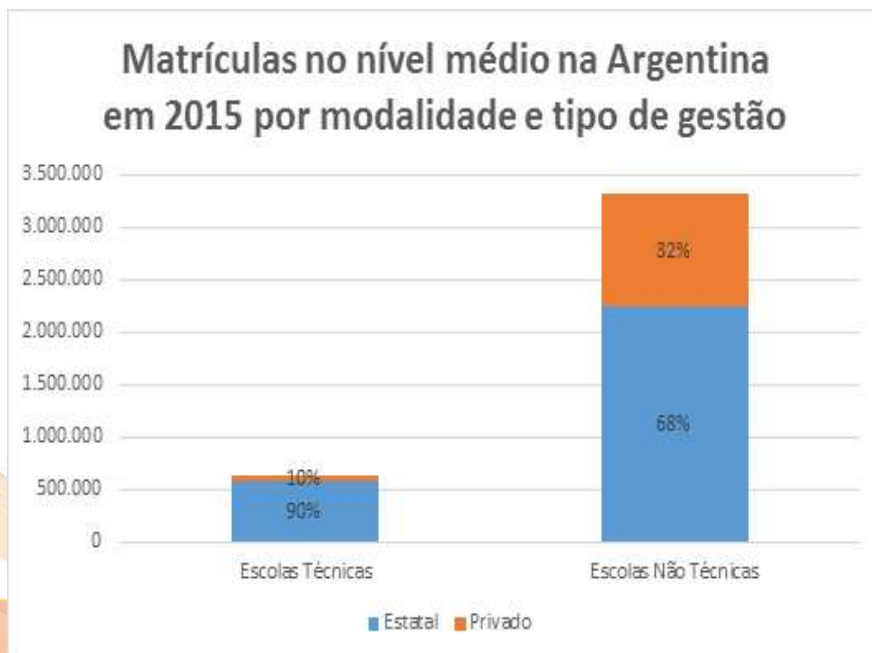
² No Brasil, da década de 1990 até 2002-2003, foram anos duros para o emprego: “de cada dez empregos criados, sete eram assalariados, mas apenas três assinavam a carteira de trabalho, o que revela que a inserção na estrutura ocupacional se deu por formas precárias” (CASTIONI, 2015, p. 48). Em 2001 a pior crise econômica da história da Argentina foi deflagrada, com instabilidade institucional, mega-desvalorização da moeda, baixa do salário real, desemprego e protestos sociais (FELDFEBER; GLUZ, 2011).

Antes mesmo da nova Lei de Educação Nacional - LEN³- (26.206, de 2006), considerada um verdadeiro ato de mudança com o consenso reformista dos anos 1990(SAFOCADA; VASSILADES, 2011), promulgou uma base normativa para sustentar a política pública em EPT no país. Refere-se a Lei de Educação Técnico Profissional (26.058/2005), promulgada em 2005, que veio para recuperar a educação técnica de larga história no país, mas que foi relegada a segundo plano durante a década de 1990 (FELDFEBER; GLUZ, 2011). Outra legislação de fundamental importância foi a Lei de Financiamento Educativo (26.075, de 2005) que incrementa a participação relativa da nação no pressuposto consolidado destinado à educação, ciência e tecnologia até alcançar 6% do PIB (em 2009 alcançam 6,4% do PIB), o que levou ao aumento do investimento em infraestrutura e equipamentos das escolas e centros de formação profissional.

Analisando apenas o ensino médio técnico, o número de matrículas em 2011 em relação com todas as matrículas no ensino médio⁴, em Argentina (15,2), é pequeno se comparado com a média dos países da OCDE (45,7), mas ainda é maior do que no Brasil (14,2). Segundo dados do *Relevamiento Anual 2015* de estudantes na Argentina, as matrículas de ensino médio nas escolas técnicas representam 16% do total, apresentando um aumento em relação ao ano de 2011. A nova legislação educativa que se configurou em Argentina a partir de 2005 também determinou um pressuposto nacional para a educação técnica profissional que gerou diversas iniciativas de melhorias durante a última década na oferta pública do ensino médio técnico (de tempo integral). Reafirmando a força dos investimentos públicos em educação técnica, destaca-se que há prevalência de escolas técnicas estatais de nível médio na Argentina, 90% de todas as escolas técnicas; quantitativo muito maior do que a prevalência de escolas estatais entre as escolas não técnicas, aproximadamente 32%.

³ Esta lei determina também a obrigatoriedade do ensino médio.

⁴OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development) 2011 and 2012. *Education GPS: The World of Education at Your Fingers*. OECD Education GPS website, <http://gpseducation.oecd.org>.



Fonte: *Relevamiento Anual 2015. DiNIEE. Ministerio de Educación y Deportes de la Nación – Argentina.* **Nota:** ‘Escolas técnicas’ corresponde às instituições de nível médio constantes e ‘escolas não técnicas’ às instituições de nível médio não constantes no *Registro Federal de Instituciones de Educación Técnico Profesional - RFIETP* em 30/06/2013. **Data de coleta:** 02/06/2016.

Na Argentina, ainda que a responsabilidade de gestão da educação de nível médio, técnica ou não, esteja a cargo dos estados⁵, destacam-se na última década as políticas financiadas com recursos nacionais, sob responsabilidade do *Instituto Nacional de Educación Tecnológica – INET* - do Ministério da Educação, como o Fundo de Melhoria da Educação Técnica⁶ que transfere recursos para estados com planos de ação baseados em diagnósticos de suas realidades educativas. Desta forma as escolas e os estados criam um

⁵Na Argentina, a descentralização educativa sem financiamento inicia-se nos anos 1980 e continua nos anos 1990, gerando desintegração e orfandade, ao invés de autonomia. Com o deterioro dos espaços públicos sob tutela do Estado, os setores de classe média migraram para as escolas privadas. Já a partir 2003, houve a adoção de uma política educativa que diminuiu a segmentação e a disparidade entre e nos estados, mas sem retomar a oferta educativa pela União (PINI; MELO, 2011).

⁶Tal iniciativa é tomada no ensejo do Plano de Melhoria Institucional para a educação média, criado em 2010, com investimento inicial de 2.132,7 milhões de pesos para reformas das condições materiais, estruturais, tecnológicas, pedagógicas, institucionais e para novos planos curriculares, com o propósito de melhorar a qualidade do ensino e acompanhar as trajetórias pedagógicas dos estudantes (FELDFEBER; GLUZ, 2011). Abrangendo todo o ensino médio, técnico ou não, destaca-se o programa *Conectar- Igualdad*, que entregou *netbooks* para cada aluno e docente de escolas públicas, junto com o desenvolvimento de conteúdos digitais.

Plano de Melhoria Integral, que é submetido à avaliação técnico-pedagógica do INET, onde são contempladas: reformas prediais, formação docente, trabalhos de campo, maquinários, bibliotecas, materiais audiovisual, gastos com materiais correntes (insumos), dentre outros. Destaque também para a estratégia federal de acompanhamento pedagógico dos estudantes com matérias dependentes de aprovação na educação técnica profissional de nível médio (INET, 2014), denominada FinEs TEC por ser parte do Plano de Finalização de Estudos Primários e Secundários (Plan FinES), financiado pelo Banco Mundial.

A aposta na EPT também redefiniu estratégias dentro do INET, responsável pelo desenho, implementação e acompanhamento das políticas nacionais, que contou com investimento do Banco Mundial através do *Sistema de Seguimiento de Egresados de la Educación Técnico Profesional de Nivel Secundario* – SEGETP. Este consiste em um sistema de coleta de informações que hoje dá melhor sustentação para pensar e articular a EPT de nível médio técnico com seus objetivos, seja na perspectiva dos itinerários formativos, seja na inserção no mercado de trabalho (PASSADES, 2016). O primeiro componente do SEGETP, foi o *Censo Nacional de Último Año de Educación Técnico Profesional* – CENUAETP –, em 2009, com 44.433 alunos. O CENUAETP teve dois objetivos principais: a) coletar informações relativas às características demográficas, educativas, ocupacionais e atividades socioculturais dos futuros egressos das distintas especialidades da educação técnica profissional; b) confeccionar um diretório de alunos próximos a se formarem, cuja função principal foi brindar o marco amostral para o posterior desenvolvimento de investigações por *survey*, analisando a inserção dos egressos recentes e a trajetória cumprida dos anos seguintes (INET, 2011a).

O Censo apontou que 90% dos alunos no último ano do ensino médio técnico estavam entre 18 e 20 anos e a grande maioria era composta por homens, totalizando 30.665. Do total de alunos, 25% estavam trabalhando, 13% buscavam trabalho e 60% se encontravam apenas estudando (INET, 2011b). Também no marco do SEGETP, durante a primeira parte do ano de 2011 os investigadores realizaram a *Encuesta Nacional de Inserción de Egresados* - ENIE, na qual contataram com 10.856 jovens que haviam composto a amostra por ocasião do CENUAETP em 2009. A ENIE, levada a cabo em 2011 e 2013, teve como objetivo principal a caracterização dos jovens que se encontravam cursando o último ano da

educação técnica profissional de nível médio em 2009, sobre aspectos relativos à conclusão da escola média, a inserção laboral e a continuidade de estudos posteriores (MENDOZA; ALVAREZ, 2015). Os pesquisadores encontraram, como resultado da ENIE 2011 um percentual de 48,7% de jovens que estavam trabalhando e 12,8% buscando emprego, 27,5% da amostra estavam estudando e trabalhando, sendo a maioria de estratos médios e com trajetórias escolares regulares (TRIANO; ÁLVAREZ; LEÓN; BOERR, 2012). Hoje, a equipe de pesquisadores do INET, está trabalhando na elaboração, implementação e análise dos resultados do censo da educação técnica profissional aplicado a todos os anos do ensino médio técnico da Argentina, ampliando as possibilidades de sua base de dados para subsidiar as políticas públicas nacionais dirigidas à área.

No Brasil

Entre 2002 e 2014, o mercado de trabalho brasileiro teve um desempenho positivo, em um cenário de inclusão produtiva. O desemprego diminuiu de 12,9% em 2002 para 4,9% em 2014, entre 2002 e 2014, a renda decorrente do trabalho cresceu em média 2,5% ao ano em termos reais, o emprego formal cresceu expressivamente, ultrapassando emprego informal a partir de 2007, e “a maioria do aumento da inserção no mercado de trabalho formal entre os mais pobres se concentrou em um grupo específico de trabalhadores: jovens que concluíram o Ensino Médio⁷” (SILVA; ALMEIDA; STROKOVA, 2015, p. 01). Nesse cenário, a educação profissional, como motor do desenvolvimento econômico, no governo Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), recebeu massivos investimentos.

No Brasil, a educação profissional é ofertada pelas redes federal, estadual, municipal e privada (responsáveis respectivamente por aproximadamente 20%, 34%, 2%, 44% das matrículas do ensino médio técnico em 2016⁸), sendo que, apesar da descentralização levada a cabo nos anos 1980 e 1990, em todas essas esferas existem aportes de recursos da

⁷No Brasil, apenas a partir de 2016 a obrigatoriedade e gratuidade do ensino foram ampliadas, abrangendo 14 anos de duração, indo dos 04 aos 17 anos de idade (EMENDA CONSTITUCIONAL 59/2009), passando a incluir o ensino médio.

⁸Considerando o Número de Matrículas no Ensino Médio Técnico (Integrado, Concomitante ou Subsequente) - Ensino Regular e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA) -, por Dependência Administrativa no Brasil (INEP, 2017). No Brasil desde o Decreto n. 2.208/97 o ensino médio técnico é ofertado de forma concomitante, o aluno cursa o ensino médio regular em paralelo com o ensino técnico na mesma ou em outra instituição, ou subsequente, o aluno já tendo cursado o ensino médio, cursa o ensino técnico. O Decreto n. 5.154/2004, que revoga o anterior, mantém essas duas formas de oferta, mas retoma o ensino integrado, (que havia sido proibido pela normativa dos anos 1990) em que o aluno tem a formação geral e profissional na mesma instituição ao mesmo tempo e de forma articulada.

União. Foram várias as iniciativas públicas na última década para fomentar a educação profissional nessas redes, com destaque no ensino médio técnico para (SILVA; ALMEIDA; STROKOVA, 2015; AUGUSTO SILVA;2013): o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, criado em 2011 (Lei nº 12.513), e em parceria com outros Ministérios para identificação de demandas de formação técnica, ofertou 8,8 milhões de vagas em um intervalo de 4 anos (ainda que ofertando o técnico de nível médio, a grande maioria era de cursos de Formação Inicial e Continuada -FIC- de curta duração) e gastou cerca de 0,06% do PIB.

Investidos majoritariamente no setor privado, com destaque para o Sistema S⁹; o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e adultos –PROEJA (Decreto nº 5.840/2006) -; a Rede E-Tec Brasil (Decreto nº 6.301/ 2007 e Decreto nº 7.589/2011), baseada no ensino a distância, que oferece cursos na modalidade EPT gratuitos; o Brasil Profissionalizado (Decreto n. 6.302/2007), que visa fortalecer a oferta da educação técnica e a formação por meio das redes estaduais de nível médio; e o plano de expansão da rede federal de educação profissional. Com relação a este último, de 1909 a 2002 foram construídas 140 escolas técnicas federais no país, entre 2003 e 2010 o Ministério da Educação – MEC- construiu 214 escolas técnicas (BRASIL, 2012) e em 2014, a rede federal de escolas técnicas passou a contar com um total de 562 unidades em 512 Municípios, com investimentos de R\$ 678 milhões apenas em 2014 (Brasil, 2015).

Com a criação dos Institutos Federais, a função programática Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, que era da ordem de R\$1,2 bilhão, em 2003, passou para R\$ 2,3 bilhões, em 2009, e atingiu na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012, a marca de R\$ 5.040 bilhões. A participação da educação profissional no orçamento do MEC

⁹ O “Sistema S” foi criado nos anos 1940, sendo composto atualmente por nove instituições (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Social da Indústria –SESI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Serviço Social do Comércio – SESC, Serviço Social do Transporte SEST, Serviço Nacional de aprendizagem no Transporte – SENAT, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP.), que recebem repasses de receitas proveniente de impostos para fins de capacitação e formação da mão de obra. Apesar de ter gestão privada e cursos pagos, alguns cursos são gratuitos no Sistema S porque contam com subsídios de programas sociais, como o PRONATEC, ou estão no âmbito do Acordo de Gratuidade (que determina que 60% da referida receita destinada ao Sistema S seja usada para subsidiar a capacitação gratuita) (AUGUSTO SILVA, 2013).

em 2012 aproxima-se dos 8% do total do Ministério. Em 2003, essa participação era de 6%, representando um crescimento de 30%. (PACHECO, 2012, p. 14).

Ressalta-se a Lei nº 11.892/2008, que demarca uma nova etapa para a educação profissional no país, ao criar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia¹⁰ - IFs, que são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica. A referida lei e o Plano Nacional de Educação –PNE- 2014-2024 (Lei nº 13.005/14)¹¹ estabelecem prioridade para a oferta de educação profissional de nível médio ao determinarem, respectivamente, que 50% das vagas das novas instituições devem ser para esse nível, prioritariamente no integrado, e que se dupliquem as matrículas do ensino técnico de nível médio até o ano de 2024. Segundo a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica–SETEC/MEC (2013), de 2008 a 2012 o maior aumento de matrículas na rede federal de escolas técnicas ocorreu no ensino médio técnico: de 34 mil para 453 mil matrículas.

Na análise do Tribunal de Contas da União - TCU¹²- (2012), o investimento na Rede Federal a partir de 2003 foi motivado pelo crescimento econômico do Brasil que pressionou a demanda por mão de obra qualificada, e a preocupação com a diminuição das desigualdades regionais que impulsionou uma política de interiorização da rede federal para induzir o desenvolvimento das microrregiões por meio da melhoria da produtividade dos trabalhadores aptos a atuarem em diversos segmentos da economia e a participarem do mundo científico e tecnológico. Porém, segundo o TCU (2012), na prática há risco de baixa eficácia dessa medida, não só por questões administrativas (dificuldades com os tramites burocráticos, insegurança jurídica na interação iniciativa privada e pública), mas também dado aos níveis sociais e econômicos das regiões dos *campi* e a ausência de outras

¹⁰ Os IFs representam uma nova institucionalidade adquirida com a lei (AMORIM, 2013), mas que remonta a uma história de longa data da educação profissional no país. Alguns IFs surgem a partir da fusão por exemplo, com escolas técnicas criadas pelo presidente Nilo Peçanha em 1909.

¹¹ O PNE 2014-2024, avaliam Duarte e Santos (2014), define para educação diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação, assegura a manutenção e desenvolvimento do ensino por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas, e contém dispositivos normativos que instituem mecanismos de regulação por desempenho do sistema nacional, com abrangência e funcionamento territorial uniforme.

¹² Os altos investimentos nos últimos anos na Rede Federal de Educação Técnica e o seu caráter estratégico para o desenvolvimento do país, levaram o Tribunal de Contas da União (TCU) a fazer uma auditoria (TCU 026.062 / 2011–9) sobre as ações de estruturação e expansão da educação profissional, com ênfase na atuação dos IFs.

intervenciones, o que gera o risco de tornar a presença dos Institutos pouco eficaz na promoção do desenvolvimento regional. O peso relativo do setor público nas economias locais coloca em risco a intenção inicial da proposta, já que não se encontra uma estrutura produtiva suficientemente dinâmica.

O relatório (TCU, 2012 p. 6) destaca que a Rede Federal apresenta bons níveis de qualidade no ensino médio relativamente às demais redes de ensino tanto municipal, estadual como privada. A maioria das escolas da Rede Federal está classificada no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM¹³ - entre as 5.000 melhores do país. Os cursos dos Institutos são altamente especializados e longos, diferindo da grande parte dos cursos profissionalizantes ofertados pela rede privada de educação profissional, que são cursos de curta duração com menor requerimento de dedicação acadêmica (TCU, 2012, p. 16).

No entanto, a auditoria detectou que não haviam iniciativas estruturadas de acompanhamento de egressos pelos Institutos Federais, demonstrando a falta de uma cultura institucional de implantação de programas voltados ao conhecimento do que ocorre com os alunos após a conclusão dos cursos. Apesar do Termo de Acordo de Metas e Compromissos entre o MEC e os IFs, firmado quando da criação dos mesmos, prever a introdução de um sistema de avaliação dos cursos técnicos similar ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), aplicado ao ensino superior, a auditoria do TCU (2012) detectou que não foi implantada nenhuma sistemática nacional de avaliação dos cursos profissionalizantes de nível médio, que vise apreender o que as instituições e os cursos agregam ao conhecimento dos estudantes, tendo como referência o perfil profissional pretendido. Tão pouco o PRONATEC apresenta uma sistemática de avaliação sobre a empregabilidade e a produtividade dos formandos em curto e médio prazos (SILVA; ALMEIDA; STROKOVA, 2015). Para suprir essa lacuna o Plano Nacional de educação para o período 2014-2024 prevê a institucionalização de sistema de avaliação de qualidade da educação profissional técnica de nível médio.

¹³ O ENEM é a única avaliação relativa ao ensino médio e procura medir o desempenho de estudantes ao final do curso. Não é um exame de caráter obrigatório, mas é a porta de entrada para as instituições superiores públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas para a ETP no período entre 2003 e 2015/2016 no Brasil e na Argentina, aqui destacadas, desenharam um caminho rumo a um novo desenvolvimento em que se percebia o avanço no sentido de um Estado que assegura direitos e retoma o seu papel como responsável pela garantia de uma educação profissional de qualidade, por meio do financiamento, da definição e do desenvolvimento da política educativa, caminhando de mãos dadas com o avanço tecnológico para melhoria da economia de mercado interno. As políticas de investimento na EPT nos últimos 10 anos na Argentina e Brasil dão crédito ao capital social e humano como fator do desenvolvimento. No entanto, os limites desse modelo de política pública em convivência com princípios neoliberais - em especial para educação, de um Estado ainda regulador e avaliador, a presença de políticas públicas focalizadas, a influência dos organismos internacionais e a perseverança de um direito individual à educação em paralelo ao direito público, significando a ação do privado e dos mercados - precisam ser melhor analisados, podendo lançar luz à complexa trama de forças políticas, econômicas e culturais que levaram à derrocada dos governos populares que estiveram no poder no período.

REFERÊNCIAS

- Amorim, M. (2013) organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no conjunto da educação profissional brasileira. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, FAE/UFMG, Belo Horizonte, 2013.
- Argentina. (2006). Ley n° 26.206. Ley de Educación Nacional de la Argentina. Poder Ejecutivo Nacional. Ministerio de la Educación Ciencia y Tecnología. Diciembre, 2006. Disponível em: <http://portal.educacion.gov.ar/consejo/files/2009/12/ley_de_educ_nac1.pdf>. Acesso em: 02 maio 2014.
- Brasil. Constituição (1988). Emenda constitucional n°. 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3° ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4° do art. 211 e ao § 3° do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Diário Oficial da União, Brasília, 12 nov. 2009. Disponível em:

- <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>.
Acesso em: 03/Ago/2013.
- Castioni, R. (2012). O papel dos Institutos Federais na promoção do desenvolvimento local. In: SOUZA, Eda Castro Lucas de; CASTIONI, Remi (Orgs). Institutos Federais: os desafios da institucionalização. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, p. 45-56.
- Decreto nº 2.208/97. (1996). Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2017.
- Decreto nº 5.154/04. (1996). Revoga o Decreto nº 2.208/97 que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de jul. de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 29 abr. 2017.
- Decreto nº 5.840. (2006). Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm. Acesso em: 31/05/2017.
- Decreto nº 6.301.(2007). Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil– e-Tec Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de dez. de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6301.htm>. Acesso em: 30 abr. 2017.
- Decreto nº 6.302.(2007). Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de dez. de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6302.htm. Acesso em: 31/05/2017.
- Decreto nº 7.589. (2011). Institui a Rede e-Tec Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 27 de out. de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm#art9. Acesso em 02/06/2016.
- Duarte, T.; Santos, S. (2014) dos. Sistema Nacional de Educação e relações intergovernamentais no Brasil. Educação & Sociedade, v. 35, p. 1115-1136, out-dez, 2014.
- Feldfeber, M.; Gluz, N.(2011). Las políticas educativas en Argentina: herencias de los ‘90’, contradicciones y tendencias de “nuevo signo”. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v.32, n. 115, pg. 339–356, abr./jun. 2011. Dossiê: As políticas educacionais dos novos governos na América Latina.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2016). Sinopse Estatística da Educação Básica 2016. Brasília: INEP; 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 20/04/2017.
- Lei nº 12.513. (2011). Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao

- Trabajador (FAT), nº 8.212, de 24 de julio de 1991, que dispone sobre la organización de la Seguridad Social e instituye Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julio de 2001, que dispone sobre el Fondo de Financiamiento al Estudiante del Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junio de 2005, que instituye el Programa Nacional de Inclusión de Jovens (ProJovem); e da otras providencias. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 de out. de 2011. Disponible em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm Acceso em: 31/05/2017.
- Lei nº 13.005. (2014). Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 27 de jun. de 2014. Disponible em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acceso em 20/05/2017.
- Lei 11.892. (2008). Instituye la Red Federal de Educación Profesional, Científica e Tecnológica, crea los Institutos Federales de Educación, Ciencia e Tecnología, e dá otras providencias. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 de dez. de 2008. Disponible em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm Acceso em: 31/05/2017.
- Ley nº 26.058. (2005). Ley de Educación Técnico Profesional. Ministerio de la Educación Ciencia y Tecnología. Septiembre, 2005. Disponible em: http://portal.educacion.gov.ar/consejo/files/2009/12/ley_de_educ_tec_prof.pdf. Acceso em: 02 maio 2014.
- Ley Nº 26.075. (2005). Ley de Financiamiento Educativo, 2005. Disponible em: <http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/110000-114999/112976/norma.htm>. Acceso em 31 out. 2015.
- Mendoza, R., Álvarez, G. (2015). Investigación de Egresados de Secundaria Técnica en la Argentina entre 2009 y 2013. Una experiencia metodológica y su implicancia política. In: *IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. BH: RIMEPES/UFMG, 2015. (Mimeo, da conferência proferida, fornecido pelos autores.).
- Ministério de Educación (2009). INET. Censo nacional de último año de educación técnico profesional 2009: metodología y resultados generales. Buenos Aires: Ministerio de Educación de la Nación, 2011a, v. 4, 96p.
- Ministério de Educación. (2009). INET Censo nacional de último año de educación técnico profesional 2009: trayectorias escolares. Buenos Aires: Ministerio de Educación de la Nación, 2011b, v. 3, 96p.
- Ministério da Educação. (2012). Expansão da Rede Federal. 2012. Disponible em: <http://redefederal.mec.gov.br>. Acceso em: 30 ago. 2012.
- Ministério de Educación. INET. (2014). Acerca de FinEsTec. Disponible em: <http://www.inet.edu.ar/politicas-y-programas/finestec/acerca-de-finestec/>. Acceso em 31 out. 2014.
- Pacheco, E. (2012). Prefacio: Institutos Federales: um futuro em aberto. In: SOUZA, Eda Castro Lucas de; CASTIONI, Remi (Orgs). *Institutos Federales: os desafios da institucionalização*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.
- Passades, D. (2016). Evasão na educação técnica de nível médio: leituras possíveis desde Brasil e Argentina. In: VIII Congreso Latinoamericano de Estudios del Trabajo: La recuperación de la centralidad del trabajo en América Latina. Actores, perspectivas y desafíos, 2016, Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Estudios del Trabajo /

- Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Bs. As. (Mimeo fornecido pela autora.)
- Pini, M.; Melo, S. (2011). Argentina e Brasil: mudanças e contradições nas política educacionais. In: OLIVEIRA, D.; PINI, M. E.; FELDFEBER, M. (Org.) Políticas educacionais e trabalho docente: perspectiva comparada. BH-MG: Fino Traço, 2011, p. 41-62.
- Rousseff, d. (2015). Mensagem ao Congresso Nacional, 2015: 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura. Brasília: Presidência da República, 2015, 468 p. Disponível em: (www.presidencia.gov.br). Acesso em: 21/04/2016.
- Safocada, F.; Vassilades, A. (2011). Las leyes de educación en los comienzos del siglo XXI: Del neoliberalismo al postconsenso de Washington en América del Sur. In: Educação & Sociedade, Campinas, v. 32, n. 115, p. 287-304, abr. – jun. 2011.
- Silva, W. (2013). Fatores de permanência e evasão no Programa de Educação Profissional de Minas Gerais (PEP/MG): 2007 A 2010. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, FAE/UFMG, Belo Horizonte, 2013.
- Silva, Joana; Almeida, Rita; Strokova, Victoria. (2015). Sustentando melhorias no emprego e nos salários no Brasil: uma agenda de competências e empregos. Washington: The World Bank, 2015.
- TCU – Tribunal De Contas Da União. (2012). Relatório de auditoria operacional em ações da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Brasília: TCU/Seprog, 2012.
- Triano, S.; Álvarez, G.; León M.; Boerr, I. (2012). La inserción laboral y educativa de los egresados de escuelas secundarias técnicas en la Argentina. Anales VII Jornadas de Sociología de la Universidad Nacional de La Plata “Argentina en el escenario latinoamericano actual: debates desde las ciencias sociales.” La Plata: UNLP, 2012. Disponível em: <<http://jornadassociologia>>.